

## A LITERATURA LUSO-AFRICANA SOB O PRISMA DA FRANCOFONIA

Haydara Abou (2022).  
*Le rôle de la littérature dans le processus  
de décolonisation en Afrique lusophone*  
(Dakar: L'Harmattan Sénégal)

Haydara Abou, professor emérito de literatura portuguesa da Universidade Cheikh Diop de Dakar, oferece neste volume uma visão panorâmica das literaturas africanas escritas em português ao público acadêmico francófono. Tendo já se debruçado sobre o impacto das guerras de libertação na Revolução dos Cravos, em um estudo publicado em 2007, o pesquisador analisa agora a presença desse processo na literatura, dando destaque à dimensão engajada da produção luso-africana no período antecedente às independências, isto é, entre os anos 1950 e 1970. Como bem pontuado em sua introdução, são poucos os estudos comparativos que têm como objeto um *corpus* literário plurilingue à escala do continente. Isto porque, qualquer que seja a sua «nacionalidade», uma obra literária africana raramente é estudada fora do eixo linguístico que lhe foi herdado do período colonial. Nessa perspectiva, o projeto de H. Abou apresenta uma dimensão de reparação (pós)colonial, na medida em que entrecruza dois eixos geolinguísticos por meio de aproximações pouco usuais — e, portanto, deveras pertinentes — entre textos lusófonos e francófonos do continente africano.

Em seu prefácio ao volume, Honorine Sare, professora de literatura africana da Universidade de Ouagadougou, reforça a ideia de um completo desconhecimento das literaturas de língua portuguesa nos demais territórios do continente, o que a leva a tecer longos elogios tanto ao autor, «homem de virtude» e «grande erudito na área dos estudos romanísticos» (p. 9), quanto ao projeto por ele depreendido. No entanto, em seu texto de apresentação, a pesquisadora retoma acriticamente alguns problemas metodológicos que figuram no estudo de H. Abou. Ao mencionar, por exemplo, o papel do Brasil no processo de formação das literaturas luso-africanas, H. Sare homogeneiza processos históricos, correntes estéticas e autores muito distintos uns dos outros. Assim, não se pode dizer que «os negros brasileiros viveram as mesmas condições

de colonização que os africanos» (p. 13), tampouco que José Alencar, Jorge Amado e Guimarães Rosa se inscrevem em um mesmo projeto «regionalista» de «combate pela emancipação» (p. 13). A bem dizer, nenhum desses autores se vincula a qualquer projeto de emancipação política, sobretudo porque o Brasil não rompe com sua estrutura monárquica e escravagista após a sua independência em 1822. Enquanto na África as lutas anticoloniais são travadas nos textos literários, no Brasil, o discurso da independência não se opõe ao passado colonial do país. Não se trata, portanto, no caso brasileiro, de romper com uma tradição europeia, mas de adaptar essa tradição à uma realidade «local». A explicitação dessa diferença poderia ter evitado pressupostos conceituais e aproximações historicamente equivocadas entre sistemas políticos e literários muito distintos uns dos outros.

Com o intuito de apresentar as literaturas africanas de língua portuguesa em uma perspectiva diacrônica, H. Abou divide seu estudo em duas partes, cada uma com dois capítulos subdivididos igualmente em três partes, configurando uma espécie de cascata que muito se assemelha ao formato de uma tese. A primeira parte focaliza obras que denunciam a exploração colonial em seus múltiplos aspectos, sejam eles materiais (trabalho forçado, desastres ecológicos e miséria social) ou simbólicos (aculturação), com destaque para algumas estratégias literárias de subversão dessas relações de poder (o teatro popular Tchiloli em São Tomé e a «africanização» do estilo narrativo de alguns romancistas). A temática social (miséria e imigração) é analisada sob o prisma dos romances cabo-verdianos *Contra mar e vento* (1980) e *Ilhéu da Contenda* (1985), de Teixeira de Sousa, *Chiquinho* (1947), de Baltazar Lopes e, enfim, *Chuva Braba* (1956), de Manuel Lopes.

Cabe aqui problematizar a tradução de alguns conceitos que não têm as mesmas acepções em português e em francês, como o de «literatura colonial» que intitula essa primeira parte. H. Abou utiliza a expressão num sentido cronológico, isto é, para designar um conjunto de obras literárias produzidas durante o período colonial; no entanto, no espaço francófono, ela assume um sentido mais temático, referindo-se aos textos que, de uma forma ou de outra, corroboram com a ideologia colonial, como é o caso das narrativas de viagem marcadas pela estética do exotismo. Nessa perspectiva, os textos que questionam a ordem colonial não seriam considerados como «literatura colonial» ainda que produzidos durante a colonização francesa no continente. Esses mal-entendidos de tradução dizem muito sobre as diferenças historiográficas e epistemológicas entre os dois sistemas linguísticos literários em questão no

estudo. Mais uma vez, teria sido útil apontar e descrever essas diferenças, na medida em que elas possibilitam um certo diálogo, uma certa compreensão da lusofonia africana sob o prisma francófono, um aspecto importante deste trabalho.

Na segunda parte do volume, o autor procura trazer exemplos precisos dos embates anticoloniais em uma produção literária não mais «colonial», mas «revolucionária» da África lusófona. Trata-se, pois, de descrever o engajamento dos autores à luta armada, bem como a missão incarnada por suas produções ficcionais durante o período das lutas em favor das independências. Mais do que apenas denunciar, a ideia seria construir o futuro da nação de cada uma das então colônias portuguesas na África. H. Abou repertoria alguns textos imbuídos desse projeto político-ideológico, salientando, por exemplo, a importância dada ao acesso à cultura letrada no primeiro romance de Pepetela, *As Aventuras de Ngunga* (1972), escrito poucos anos antes da independência de Angola. Também têm lugar em seu trabalho uma série de dicotomias de ordem colonial (oralidade e escrita, misticismo e racionalidade, entre outras) abordadas pelo guineense Abdoulay Sila em sua trilogia romanesca — *Eterna paixão* (1994), *A Última Tragédia* (1995) e *Mistida* (1997). O autor trata ainda nesta segunda parte das diferentes formas de engajamento coletivo na poesia de Agostinho Neto, Viriato da Cruz, Noemia de Sousa, e na prosa de Pepetela e Luandino Vieira.

O objetivo central do trabalho é mostrar a que ponto a literatura se transmuta em arma de combate e instrumento de construção da identidade no contexto luso-africano. Os textos revisitados por H. Abou teriam um papel de vanguarda na formação política dos movimentos anticoloniais, servindo também como fonte para conhecer o que o pesquisador chama de «dura realidade» (p. 203) das colônias portuguesas na África. Nesse sentido, é importante o panorama de obras e autores explorados no volume. Além de autores emblemáticos como Agostinho Neto e Luandino Vieira em Angola, José Craveirinha, Mia Couto e Luis Bernardo Honwana em Moçambique, ou ainda Teixeira de Sousa no Cabo Verde, H. Abou se debruça sobre outros menos conhecidos. Ele analisa, por exemplo, a representação do trabalho forçado em alguns contos dos angolanos Boaventura Cardoso e Fernando Andrade Costas, respectivamente publicados em *O Fogo da Fala* e *Estórias de contratados*, ambos em 1980, ou ainda no romance *Silêncio em chamuscas* (1979), de José de Freitas. A pesquisa conta também com um denso embasamento teórico. Para abordar a intrínseca relação entre literatura e política na produção moçambicana ligada

à FRELIMO, H. Abou se refere algumas vezes ao estudo de Maria-Benedita Basto em *A guerra das escritas* (2006), dedicado à produção de um cânone literário que exclui poetas não militantes em Moçambique. Por outro lado, em suas análises do romance *Mayombe*, de Pepetela, o autor faz oportunamente referência à pesquisa de Ana Mafalda Leite em *A modalização épica nas literaturas africanas* (1995), dedicada à influência do gênero épico nas literaturas africanas de língua portuguesa.

Isto posto, o trabalho apresenta uma série de problemas metodológicos e historiográficos, a começar pela escolha do *corpus* literário, já que o autor não se limita ao escopo anunciado na introdução, entre 1950 e 1974, selecionando obras produzidas antes e depois desse período — que ele chama «colonial» (p. 17) — sem, todavia, assinalar esses desvios. É o caso das produções ligadas à *Claridade*, revista fundada em 1936 no Cabo Verde por Manuel Lopes, Baltasar Lopes da Silva e Jorge Barbosa. Embora seus fundadores desejassem explorar uma identidade essencialmente cabo-verdiana com a proposta de «fincar os pés na terra», conforme o mote da revista devidamente citado por H. Abou (p. 105), os textos contidos nos nove números da revista não apresentavam à altura uma dimensão anticolonial; ao contrário, alguns deles chegam a elogiar o modelo de colonização portuguesa. Além disso, não é possível afirmar que as obras publicadas após as independências tenham participado do processo político de descolonização do continente, embora muitas vezes façam referência a ele. É o caso da produção de Mia Couto, frequentemente abordada na segunda parte do volume.

Mas o maior problema do estudo é, sem dúvida, o uso expressivo e descuidado de conceitos complexos, que resulta em um encadeamento de pressupostos inexatos e em comparações superficiais. H. Abou atribui, por exemplo, o diálogo tecido entre africanos e brasileiros no campo da literatura à uma «similaridade de sistemas coloniais» (p. 32 e p. 208), ideia que, se não é de todo falsa, mereceria uma abordagem mais nuançada. No Brasil, o apego às formas populares, que emergem e ganham força no Modernismo e no chamado romance de 1930, traduz certamente uma emancipação, mas apenas estética, enquanto na África, essa emancipação se dá também — e sobretudo — politicamente. Não se trata, portanto, do mesmo «paradigma identitário» (p. 208), como afirma o pesquisador.

É também reducionista a ideia segundo a qual a maior parte das obras literárias da África lusófona remete ao conto oral africano (p. 14), sobretudo porque ela tende a reforçar uma concepção colonial da oralidade, construída

pelo colonialismo, em oposição à escrita ocidental. Isso explica por que as características literárias de um conjunto vasto de escritores de diferentes períodos e espaços sejam globalmente interpretadas no volume como uma resposta à dominação colonial (p. 129). Nota-se ainda um apelo à uma «essência» africana, uma cultura «autêntica» que passaria necessariamente despercebida por quem é de fora do continente: «a influência da tradição, da ancestralidade e dos mitos é fortemente presente» (p. 33), afirma o pesquisador acerca do *corpus* sobre o qual se debruça, sem se preocupar em nuançar qualquer um desses conceitos de difícil (impossível) definição. Nesse contexto, Mia Couto aparece como o autor que melhor defendeu a cultura africana» (p. 117), cultura esta definida como o «elemento identitário da personalidade do homem africano» (p. 119). É também irônico que o fenômeno da aculturação seja definido por meio de uma série de generalizações arriscadas, por vezes racializadas, como quando afirma que «os mestiços têm uma cultura híbrida» (p. 78).

Se o conceito de oralidade não é criticamente e historicamente definido, tampouco as análises literárias depreendidas no estudo o podem ilustrar. Ora, seria preferível delimitar o *corpus* em favor de um exame mais denso de uma ou outra obra, em vez de citar uma grande variedade de textos para analisar às vezes uma só palavra de cada um deles. Com efeito, o estudo da oralidade é frequentemente reduzido ao uso de neologismos que teriam por função «traduzir termos em português que não existem na língua africana» (p. 127). A que «língua africana» se refere o autor precisamente? De todo modo, os exemplos tirados dos textos de Luandino Vieira ou Mia Couto apontam para uma invenção subversiva do uso da língua portuguesa (que tampouco traduz línguas africanas), e não a uma «tradução» entre sistemas linguísticos como afirma ele.

À dimensão «culturalista» ou essencialista da abordagem teórica de H. Abou acrescentam-se problemas estruturais de várias ordens. Frases desconectadas uma das outras, repetições, contradições, ausência de coesão e justaposição de diferentes assuntos em um mesmo parágrafo são alguns elementos que dificultam a compreensão do texto. A literatura norte-americana aparece, quanto a ela, associada à literatura brasileira (Semana de Arte Moderna) e não é possível compreender que papel teve o movimento da Harlem Renaissance na literatura cabo-verdiana, cuja emergência e formação está mais intimamente ligada ao modernismo brasileiro. Também se pode lamentar a ausência de explicações contextuais ao público visado pelo estudo, o qual desconhece, *a priori*, as referências políticas e literárias citadas. Uma breve explicação sobre a FRELIMO em Moçambique, sobre o MPLA em Angola ou, ainda, a defini-

ção da palavra *musseque* teriam sido úteis à compreensão de alguns elementos-chave do texto.

Essa falta de clareza é também consequência de abundantes problemas formais, que uma simples revisão do texto poderia ter evitado. Além dos erros de ortografia (flagrantes na transcrição de nomes de autores e obras) e de sintaxe que prejudicam a leitura, há um descuido com as chamadas de notas que compromete fatalmente o alcance da pesquisa depreendida, até porque, muitas vezes, é difícil encontrar a obra referenciada. Algumas citações aparecem sem referências, ou com referências incorretas e/ou incompletas no rodapé do texto. Há também uma série de assimetrias no plano das traduções, pois alguns textos são citados no original com tradução em rodapé, enquanto outros figuram em traduções do autor, sem referência ao original. Por que citar Hampaté Bâ (p. 150), Albert Memmi (p. 199), Frantz Fanon (p. 164), ou mesmo Walter Benjamin (p. 195) em português, se o público-alvo do volume é francófono? Por outro lado, por que não citar as traduções publicadas em francês dos livros citados? É o caso de *O desejo de Kianda* (1995), de Pepetela, que os leitores francófonos poderiam conhecer como *L'esprit des eaux*, graças à tradução de Michel Laban que data de 2002.

Pode-se, portanto, lamentar que essa falta de rigor comprometa consideravelmente o interesse do trabalho acadêmico de H. Abou. Trata-se de uma proposta original, a de apresentar alguns momentos decisivos das literaturas luso-africanas ao público francófono, aproximando duas áreas literárias e linguísticas raramente colocadas em perspectiva. No entanto, além de inúmeros problemas de coerência e coesão, o estudo é permeado por uma certa visão colonialista do continente africano em suas relações com o Ocidente, não só porque apresenta os embates coloniais como única chave de leitura de uma vasta produção literária, mas também porque esta e outras visões restritas, por vezes estereotipadas, da África não dão conta da complexidade das questões envolvendo a literatura e a realidade social da qual ela emerge.

MIRELLA DO CARMO BOTARO  
Sorbonne Université  
mifofura@gmail.com



Copyright © Mirella do Carmo Botaro, 2023. This document is under a Creative Commons Attribution-Non commercial-No Derivative Works 3.0 Unported License. To see a copy of this license click here <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/legalcode>.